

O FMI e o Bird, agora num dilema.

E tentarão sair dele, descobrindo como evitar que muitos países, declarem moratória.

A principal questão a ser enfrentada nas reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que terão início em Washington neste fim de semana, é como impedir que os países em desenvolvimento declarem inadimplência em relação aos bilhões de dólares de suas dívidas públicas e privadas.

Colocar a questão desta forma direta e crua equivale a violar as regras fundamentais do discurso financeiro internacional: disfarçar todos os problemas; negue as ameaças ao sistema; nunca chame uma inadimplência de inadimplência; encontre ou crie novo dinheiro para os que não podem pagar; mantenha o otimismo; agüente a situação e sobreviva a ela.

Este processo de negação e de repressão está se tornando mais difícil atualmente. Uma quantidade cada vez maior dos países mais pobres estão sem condições para pagar os juros de empréstimos recebidos no passado. O maior e mais dinâmico entre os países de renda média, o Brasil, não quer efetuar os pagamentos, e alguns outros, como a Argentina, poderão decidir-se a seguir o exemplo.

De maneira geral, os bancos comerciais não estão dispostos a emprestar dinheiro novo. As instituições internacionais de empréstimos estão sofrendo falta de verbas. E o tradicional e maior país fornecedor de empréstimos, os Estados Unidos, transformou-se também num país devedor; pior ainda, num país devedor com um orçamento federal altamente deficitário.

Mesmo assim, serão feitos esforços para salvar o sistema. Esta semana, em Nova York, com a intenção de avaliar as situações antes das reuniões em Washington, H. Otto Ruding, o ministro das Finanças da Holanda, que também é o presidente do comitê interino, o principal órgão de tomada de decisão do FMI, disse que "novos progressos" serão feitos em relação ao problema da questão da dívida mundial.

Michel Camdessus, que substituiu Jacques De Larosiere como diretor-administrativo do FMI, está exercendo pressões para ampliar a quantidade de dinheiro num fundo criado em 1978, com a finalidade de ajudar os países mais pobres. Ele ostenta o grandiloquente título de *Structural Adjustment Facility* e levantou o seu capital pela venda



Camdessus: mais dinheiro para os pobres.



Baker: uma pedra no caminho do Brasil.

de uma parte do ouro do FMI. Ele já emprestou cerca de 3 milhões de dólares, a juros mais baixos para Bangladesh, Bolívia, República Centro-Africana, República Dominicana, Gâmbia, Guiné, Haiti, Mauritânia, Moçambique, Niger, Senegal, Serra Leoa, Somália, Uganda e Zaire.

Estes países estão pagando os empréstimos recebidos, e o Fundo espera dispor de 3 bilhões de dólares para reciclar — ou seja, voltar a emprestar — nos três próximos anos.

Mas com mais e mais países pobres incapazes de pagar os serviços das suas dívidas, Camdessus quer aumentar este fundo de ajuda para 9 bilhões de dólares, com os países ricos arcando com os 6 bilhões de dólares adicionais. O Japão e a Alemanha Ocidental já concordaram, mas os Estados Unidos, por enquanto, continua insistindo na sua negativa.

Oito em atraso

Oito países pobres já estão em "atraso" junto ao FMI, e conseqüentemente não são "elegíveis" para a utilização dos seus recursos. Isto não significa que eles estejam em estado de inadimplência, significa? Cinco dos países são Peru, Vietnã, Guiana, Libéria e Sudão, mas o FMI se recusa a dizer quais são os outros três. Os atrasos destes oito países totalizam 1,5 bilhão de dólares, dos quais o Sudão e o Peru são responsáveis por 900 milhões.

Não resta a menor dúvida de que o Brasil faz com que o esse total pareça irrisório. O Brasil suspendeu os pagamentos de juros de US\$ 68 bilhões de suas dívidas junto aos bancos privados, que estão insistindo para que o País chegue a algum tipo de acordo com o FMI. Mas o Brasil não está disposto a

se sujeitar à disciplina do Fundo e está procurando uma solução para reduzir sua dívida externa transformando metade dela em *securities* com descontos — uma proposta que o secretário norte-americano do Tesouro, James A. Baker III, rejeitou bruscamente.

Ruding acha que os problemas dos países de rendimentos médios continuam a exigir tratamento à base de caso por caso. Será difícil levantar mais dinheiro para muitos

dos países em desenvolvimento, porque o capital pertencente às suas populações tem saído mais rapidamente destes países do que a entrada de capital novo.

"O que mais me intriga é o motivo pelo qual não se está dando atenção suficiente ao problema da fuga de capital", disse Ruding. "Se não formos capazes de sustar esta fuga, legal ou ilegal, não imagino como poderemos conseguir atingir uma solução estável."

Pedro-Pablo Kuczynski, co-diretor-presidente do First Boston International e ex-ministro de Minas e Energia no Peru, diz que a maior reserva de fundos teoricamente disponíveis aos países devedores é o capital

que fugiu destes mesmos países desde 1974. Num texto publicado na revista *Foreign Affairs*, ele calcula que esta fuga seria de 80 a 100 bilhões de dólares.

Mas ele acrescenta que este dinheiro certamente não irá retornar enquanto não houverem "políticas econômicas consistentes e realistas, acompanhadas por um crescimento econômico visível", nos países em desenvolvimento.

Um tal progresso por parte dos devedores irá depender de um crescimento mais forte nos países credores — principalmente na Europa e no Japão, que têm crescido apenas lentamente — juntamente com uma maior abertura de mercados nos países industriais para as exportações dos países em desenvolvimento. Os problemas da dívida, do crescimento, da estabilidade e do comércio externo estão intimamente relacionados. Resolver este quebra-cabeças chinês é a tarefa a ser enfrentada pelo FMI e pelo Banco Mundial esta semana.

Leonard Silk,
do New York Times